A private company limited by shares

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Constituição e dirigentes

Uma Pte. Ltd. pode ser constituída com um acionista, um administrador (director) e capital integralizado de S$ 1. Os dois cargos obrigatórios são pelo menos um administrador com residência habitual (ordinarily resident) em Singapura e um secretário da sociedade (company secretary), também residente, nomeado em até seis meses após a constituição.[1] "Residência habitual" significa cidadão de Singapura, residente permanente ou titular de Employment Pass, EntrePass ou ONE Pass com endereço residencial local. Um estrangeiro com visto de visita de curta duração não se qualifica.[2] O registro de administradores, de acionistas e de controladores registráveis é mantido junto à ACRA (Accounting and Corporate Regulatory Authority, o órgão de registro de empresas). Administradores e acionistas constam do perfil empresarial público. Já o registro de controladores (Register of Registrable Controllers), que abrange os beneficiários efetivos de 25% ou mais ou as pessoas com controle significativo, é mantido pela sociedade e arquivado centralmente na ACRA, mas só é acessível a órgãos públicos.[3]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A exigência de administrador residente é a primeira decisão estrutural para um fundador suíço que não pretende mudar-se. Há três respostas. O fundador muda-se e obtém um Employment Pass patrocinado pela sociedade, o que exige atender, desde o primeiro dia, aos patamares salariais do Capítulo I. Nomeia-se um empregado ou cofundador de confiança residente em Singapura. Ou contrata-se um nominee director profissional de uma empresa de serviços societários, o que é lícito, mas tem consequências. Desde 2017, o nominee director deve revelar à sociedade sua condição de titular nominal (nominee) e a identidade de quem o indicou, e a sociedade a anota num registro de nominee directors acessível à ACRA e às autoridades de persecução.[4] O titular nominal continua sendo administrador perante a lei, com todos os deveres da seção 157 e com a exposição penal de um administrador cuja sociedade comete uma infração. Por isso, prestadores respeitáveis cobram de acordo e renunciam ao primeiro sinal de problema. Um nominee director que não conhece o negócio também prejudica a pretensão da sociedade à residência fiscal em Singapura, como explica a seção seguinte.

Residência fiscal e substância

Uma sociedade é residente em Singapura para fins de imposto de renda se o controle e a gestão de seus negócios são exercidos em Singapura, o que a IRAS (Inland Revenue Authority of Singapore, a autoridade tributária) entende como o lugar em que o conselho se reúne e toma as decisões estratégicas.[5] A residência importa por três razões. A rede de acordos, incluindo o acordo para evitar a dupla tributação entre a Suíça e Singapura, só está aberta a residentes. A isenção dos rendimentos de fonte estrangeira da seção 13(8) exige residência. Os incentivos para fundos e family offices da Parte M exigem que o gestor seja residente.[6] A IRAS só emite um certificado de residência se estiver convencida de que o controle e a gestão estão em Singapura. Ela pede atas do conselho, a residência dos administradores e a localização de quem decide. Uma sociedade cujo único administrador em Singapura é um titular nominal e cujos fundadores decidem tudo a partir de Zug não obterá o certificado.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A questão da substância é ainda mais aguda sob a seção 10L do Income Tax Act, em vigor desde 1º de janeiro de 2024. Essa seção tributa os ganhos de alienação de fonte estrangeira recebidos em Singapura por uma entidade de um grupo multinacional, a menos que a entidade tenha substância econômica adequada em Singapura.[7] Ativos digitais mantidos por uma sociedade de Singapura e vendidos numa exchange no exterior podem ser ativos estrangeiros para esse efeito, se o ativo estiver situado fora de Singapura, questão que a Parte J, Capítulo VIII, mostra estar em aberto para tokens. A resposta prática é garantir que a sociedade de Singapura tenha empregados, instalações e despesas em Singapura compatíveis com sua atividade, de modo que nunca seja preciso responder se a seção 10L se aplica.

A perspectiva de Singapura

Um grupo suíço que constitui uma subsidiária em Singapura para atender clientes asiáticos deve dar-lhe um conselho de verdade. O mínimo que, na minha experiência, satisfaz igualmente a IRAS, os bancos e a MAS tem quatro elementos. Dois administradores residentes em Singapura que sejam empregados do grupo com funções decisórias. Reuniões do conselho realizadas presencialmente em Singapura pelo menos trimestralmente, com atas que registrem as decisões. Um escritório alugado. Uma folha de pagamento que inclua, no mínimo, as pessoas que fazem o trabalho asiático. Uma sociedade que tem esses elementos obtém seu certificado de residência, sua conta bancária e, quando chegar a hora, uma audiência na MAS. Uma sociedade com um nominee director e um escritório virtual não obtém nenhum deles.

Integralização de capital em criptoativos

O direito societário de Singapura permite a emissão de ações contra contrapartida não monetária e não exige avaliação independente. Assim, um fundador pode aportar tokens em troca de ações mediante um contrato escrito e uma deliberação dos administradores que fixe o valor.[8] A ausência de um procedimento legal de avaliação é uma liberdade que tem seu custo. Os administradores ficam pessoalmente expostos se o valor for superestimado. Os auditores exigirão prova do preço de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

mercado e do controle da carteira (wallet) receptora, e as consequências de imposto do selo (stamp duty) e de imposto de renda seguem o valor acordado. O procedimento suíço do Capítulo II, com seu relatório dos fundadores e a confirmação do auditor, é mais trabalhoso e mais protetor. Grupos que aportam tokens tanto a uma entidade suíça quanto a uma de Singapura devem usar a mesma metodologia de avaliação e as mesmas exchanges de referência dos dois lados.

Notas

1. Companies Act 1967, seção 145(1) (toda sociedade deve ter pelo menos um administrador com residência habitual em Singapura; um administrador único pode ser o único membro) e seção 145(5) (é inválida a renúncia que deixe a sociedade sem administrador residente); seção 171 (secretário da sociedade). ↩
2. ACRA, "Appointing directors, company secretary and other key personnel", orientação sobre o significado de "ordinarily resident" (cidadão, residente permanente, titular de EntrePass, Employment Pass ou Dependant's Pass com endereço local). ↩
3. Companies Act 1967, Parte 11A (seções 386AA a 386AL) e Companies (Register of Controllers and Nominee Directors) Regulations 2017; registro central mantido pela ACRA desde 30 de julho de 2020. ↩
4. Companies Act 1967, seção 386AL (registro de nominee directors e nominee shareholders), inserida pelo Companies (Amendment) Act 2017 e ampliada pelo Corporate Registers (Miscellaneous Amendments) Act 2022. ↩
5. Income Tax Act 1947 (2020 Rev. Ed.), seção 2(1) (definição de "resident in Singapore" para uma sociedade); IRAS, "Tax Residency of a Company", orientação sobre controle e gestão (reuniões do conselho realizadas em Singapura; decisões estratégicas tomadas em Singapura). ↩
6. Income Tax Act 1947, seção 13(8) (isenção de dividendos, lucros de filiais e rendimentos de serviços de fonte estrangeira recebidos por uma sociedade residente, sujeita às condições de "subject to tax" e de alíquota nominal de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

15%); Acordo entre a Confederação Suíça e a República de Singapura para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda, de 24 de fevereiro de 2011, SR 0.672.968.91, art. 4. ↩

7. Income Tax Act 1947, seção 10L, inserida pelo Income Tax (Amendment) Act 2023, com efeito para alienações a partir de 1º de janeiro de 2024; IRAS e-Tax Guide, "Tax Treatment of Gains or Losses from the Sale of Foreign Assets", publicado pela primeira vez em 8 de dezembro de 2023. A Parte M, Capítulo II, examina a regra. ↩

8. Companies Act 1967, seção 63 (a declaração de subscrição deve indicar a contrapartida quando as ações forem subscritas por outra forma que não em dinheiro) e seção 67 (inexistência de exigência de laudo de avaliação para contrapartida não monetária numa private company). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com